

DIREITOS REPRODUTIVOS E RACISMO NO BRASIL¹

EDNA ROLAND

Americanos são muito estatísticos
Têm gestos nítidos e sorrisos limpidos
Olhos de brilho penetrante que vão fundo
No que olham mas não no próprio fundo
Os americanos representam grande parte
Da alegria existente neste mundo
Para os americanos branco e branco preto e preto
(E a mulata não e a tal)
Bicha e bicha macho e macho
Mulher e mulher e dinheiro e dinheiro

E assim ganham-se barganham-se perdem-se
Concedem-se conquistam-se direitos
Enquanto aqui embaixo a indefinição é o regime
E dançamos com uma graça cujo segredo nem eu
Mesmo sei
Entre a delícia e a desgraça
Entre o monstruoso e o sublime
(Caetano Veloso trecho de Americanos)

Este texto foi escrito com o objetivo de contribuir para a elucidação da polêmica entre pesquisadores e militantes negras acerca da esterilização no Brasil com relação a possíveis diferenciais entre negras e brancas esterilizadas. Se não há diferenças no percentual de negras e brancas esterilizadas, como explicar a redução percentual da população negra no Brasil na última década? Discute-se a esterilização no Brasil no contexto racial, tendo como contraponto a experiência dos Estados Unidos.

¹ Versão ligeiramente modificada do texto apresentado no painel Reproductive Rights and Racism no Forum Paralelo das ONGs da 3ª Prepcon - Conferência Preparatória Nova Iorque abril 1994 e a Conferência Internacional de População e Desenvolvimento - Cairo setembro 1994.

buscando-se demonstrar que as diferenças históricas dessas duas sociedades vão se expressar tanto no campo das relações raciais quanto no dos direitos reprodutivos

Para tentar apreender a particularidade do Brasil com relação a maneira como se estruturaram direitos reprodutivos e racismo considerei útil lançar mão de algumas referências a experiência dos Estados Unidos em relação a contracepção a esterilização e ao aborto e contrapô-las a experiência brasileira estabelecendo um paralelo com as características históricas dessas duas sociedades em relação ao racismo

Como disse Caetano Veloso na epígrafe acima nos Estados Unidos branco e branco preto e preto bicha e bicha e a mulata não e a tal?² Sendo uma sociedade profundamente marcada pelos limites precisos da geografia étnica e racial a história da luta pelos direitos reprodutivos também será carregada dessa dramaticidade explícita que caracteriza a sociedade americana e que possibilita a clara ação ou reação das forças democráticas. Os Estados Unidos produziram tanto a Ku Klux Klan e as leis eugênicas quanto o memorável movimento pelos Direitos Civis os movimentos de massa pela legalização do aborto e mais recentemente pela liberdade de orientação sexual

Todavia é evidente que nem mesmo nos Estados Unidos a realidade encontra-se didaticamente organizada para facilitar a nossa compreensão. Nos últimos anos têm se aprofundado os estudos sobre as interseccionalidades entre raça e gênero em que se procura apreender o impacto de questões ligadas a raça e classe e que teriam sido ignoradas no debate sobre direitos reprodutivos

Angela Davis³ relata as divergências políticas das mulheres negras americanas em relação ao movimento das feministas brancas pelo controle da natalidade⁴ na primeira metade do século. Refere-se ao fato de que alguns negros frequentemente igualavam o controle da natalidade ao genocídio subjacente a estes gritos de genocídio estavam importantes pistas acerca da história do movimento pelo controle da natalidade

Davis destaca o fato de que embora o sonho das mulheres de ter métodos contraceptivos infalíveis provavelmente sempre tenha existido a questão dos direitos reprodutivos só se tornou uma demanda legítima quando a questão dos direitos da mulher em geral se tornou o objetivo de um movimento organizado

Segundo Davis o movimento pelo controle da natalidade defendia a maternidade voluntária conceito ligado a uma visão essencialmente progressista da mulher. Contudo esta visão estava rigidamente ligada ao estilo de vida das classes médias e da burguesia

Com a queda da fecundidade dos brancos americanos no fim do século XIX relacionada com o processo de urbanização surgiu em círculos oficiais o fantasma do suicídio racial. Em 1906 o presidente Theodore Roosevelt assim qualificava a queda da fecundidade das mulheres brancas censurando a esterili-

² VELOSO Caetano Americanos In encarte do disco *Circulado Vivo* Polygram 1992

³ DAVIS Angela Racism Birth Control and Reproductive Rights In DAVIS Angela *Women Race & Class* Nova Iorque Random House 1981

⁴ Controle da natalidade está sendo utilizado como tradução de *birth control* sem o conteúdo que atribuímos no Brasil de política governamental controlista

dade voluntaria como um pecado para o qual a pena era a morte nacional e o suicidio racial. Roosevelt atacava o movimento pelo controle da natalidade. Segundo Linda Gordon, embora esta controversia tenha resultado em maior apoio para o movimento, tambem deu visibilidade para as seguintes questões que separavam as feministas das classes trabalhadoras e das mulheres pobres: 1) as feministas enfatizavam o controle da natalidade como um caminho para as carreiras profissionais e para um maior nivel de educação, objetivos que estavam fora do alcance das mulheres pobres com ou sem controle da natalidade; 2) as feministas pro controle da natalidade começaram a popularizar a ideia de que os pobres tinham a obrigação moral de restringir o tamanho das suas familias, porque familias grandes drenavam recursos e porque as crianças pobres tinham menos probabilidade de serem superiores.⁵

Assim, segundo Davis, o que era demandado para os privilegiados como um direito, passou a ser interpretado como um dever para os pobres.

Em 1932, como um resultado do desenvolvimento do pensamento eugênico nos Estados Unidos, 26 estados tinham aprovado leis de esterilização compulsoria que cirurgicamente impediram milhares de pessoas de se reproduzir por serem consideradas inaptas. Margaret Sanger, figura historica do movimento pelo controle da natalidade, apoiou num programa de radio a esterilização compulsoria de imbecis, deficientes mentais, epilepticos, analfabetos, miseraveis, desempregados, criminosos, prostitutas e traficantes.⁶ Sanger definiu num artigo publicado pela revista da American Birth Control League que a principal questão do controle da natalidade era: mais filhos dos capazes, menos dos incapazes.

Dentro da American Birth Control League, a proposta de controle da natalidade dos negros tinha o mesmo corte racista da proposta de esterilização compulsoria. A Birth Control Federation of America, que a sucedeu, elaborou em 1939 um Projeto Negro, que pretendia desenvolver-se através dos ministros negros, a cuja ação a população negra seria mais vulneravel.

Davis considera que, com este episodio, o movimento do controle da natalidade sucumbiu as ideias racistas e perdeu o seu potencial progressista, para as pessoas de cor não propunha o direito individual ao controle da natalidade, mas a estrategia racista do controle populacional.

Sob o patrocínio do Estado, 7 686 esterilizações foram realizadas em North Carolina, justificadas com o objetivo de prevenir a reprodução de pessoas deficientes mentais, das quais, todavia, cerca de 5 000 eram negras.

Foi necessario ocorrer o escândalo da esterilização das irmãs Relf, Minnie Lee e Mary Alice, de 12 e 14 anos, ordenada pelo Montgomery Community Action Committee, para que a opinião publica tomasse conhecimento da cumplicidade do governo federal com as esterilizações abusivas e se mobilizasse, o que resultou na elaboração de normas em 1974, com o objetivo de prevenir esterilizações involuntarias.

E igualmente conhecido o caso de Porto Rico, onde as mulheres foram

⁵ GORDON, Linda. *Woman's Body, Woman's Right: a social history of birth control in America*. Toronto: Women's Educational Press, 1977. Apud DAVIS, op. cit.

⁶ COREA, Gena. *The Hidden Malpractice*. Nova Iorque: A Jove/HBJ Book, 1977. Apud DAVIS, op. cit.

sucessivamente submetidas a testes de contraceptivos orais e a uma campanha de esterilização em massa que resultou em 35% das mulheres porto riquenhas em idade reprodutiva esterilizadas. Tais políticas foram propostas pelo Interdepartmental Committee durante o governo Roosevelt.

Sob o patrocínio de programas federais de 100 mil a 200 mil pessoas foram esterilizadas em 1972.

Mais recentemente um editorial do jornal *Philadelphia Inquirer* (1990) sugeria que se incentivasse mulheres negras que vivem de seguro social a colocarem o Norplant. Dorothy Roberts⁷ discute casos recentes de determinação judicial de contracepção involuntária através do Norplant para mulheres viciadas em drogas que eram na sua maioria pobres e negras.

Para analisarmos o caso do Brasil creio ser importante ter como referência alguns dados sobre a população brasileira. Dos seus 147 milhões de habitantes 44% são negros. O Brasil tem na verdade a segunda maior população negra do mundo logo após a Nigéria. Todavia é grande a mestiçagem: dos 44% de negros 5% são pretos e 39% pardos conforme a classificação do IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística que utiliza o critério da autodeclaração. O crescimento populacional é da ordem de 1,89% e três quartos da população vivem em áreas urbanas.

Como um resultado da proposta ideológica dominante do embranquecimento a miscigenação é massiva no país, costumando a maioria das pessoas classificar-se a partir da cor da pele e outras características raciais, o que resulta numa enorme quantidade de termos para descrever o pertencimento racial. Em termos oficiais a população atualmente é classificada em cinco categorias de cor: preta, parda, branca, amarela e indígena, entendendo-se a população negra como a somatória de pretos e pardos.

Em 1940 a população branca era majoritária, mas foi sofrendo uma redução no tempo. Da década de 40 até 1980 observou-se uma tendência à redução percentual da população preta e da população branca e um crescimento constante da população parda, como resultado da miscigenação e da taxa de fecundidade mais alta das mulheres pardas, apesar das altas taxas de mortalidade. A população preta neste período apresentou sempre percentuais declinantes como resultado da alta mortalidade, fecundidade mais baixa e do processo de miscigenação. A população branca apresentava menor mortalidade e fecundidade mais elevada do que a da população preta até o advento dos métodos anticoncepcionais modernos, a partir de 1965, quando se inicia o uso da pílula, começa a declinar o percentual da população branca, também por causa da miscigenação.

Assim, segundo comunicação apresentada por Elza Berquo no Seminário Nacional Políticas e Direitos Reprodutivos das Mulheres Negras (1993), os demógrafos previam que em 1990 a população branca continuaria perdendo seu peso relativo, que a população preta permaneceria estável e que a população parda aumentaria mais ainda. Como a mortalidade vem diminuindo no país de uma maneira geral, ela estaria caindo também para a população parda, a população parda teria uma

⁷ ROBERTS Dorothy E. Punishing Drug Addicts Who Have Babies: women of color, equality and the right of privacy. *Harvard Law Review* Vol. 107, nº 7, maio 1991, p. 1419-1481.

fecundidade menor pela inclusão dos métodos anticoncepcionais mas seria incrementada pela miscigenação. Esperavam inclusive que a população negra (pretos + pardos) no Brasil seria majoritaria ultrapassando a população branca. Mas a PNAD de 1990 não confirmou esta expectativa a população branca ate cresceu um pouco. A população preta diminuiu de 6% para 5% e a população parda se manteve praticamente constante. Como o indice de endogamia permaneceu o mesmo que em 1980 o não crescimento da população parda não se deveu a qualquer mudança na questão da miscigenação mas a uma grande redução na sua taxa de crescimento.

A taxa de crescimento da população parda que era de 4,1% em 1980 passa a 2,3% em 1990 tornando-se menor que a taxa de crescimento da população branca de 2,4% contrariando todas as tendências historicas desde a decada de 40! Alem disso igualmente estranho esta taxa de crescimento da população branca foi maior do que na decada passada (2,2%)⁸

A taxa de fecundidade no Brasil que em 1986 era de 3,5 filhos por mulher caiu para 2,5 em 1991. No Nordeste a estimativa da Benfam e de 3,7 em 1991. A importancia deste dado pode ser avaliada sabendo-se que em 1970 a taxa de fecundidade era de 7,5 em 1980 6,1 e de 5 filhos por mulher em 1984. Sabendo-se que 71% da população do Nordeste e negra este dado significa que houve uma redução substancial na taxa de fecundidade da população negra no Nordeste.

Na ultima decada a maioria dos programas e convênios com o objetivo de reduzir a taxa de fecundidade foi dirigida para o Nordeste tendo muitos recursos sido injetados nas secretarias de Saude atraves de convênios privados. O resultado e que onde temos a maior concentração de negros e pobres no Brasil foi onde se verificou a maior redução na taxa de fecundidade nesta decada. Foi por essa razão que a população negra não tornou-se majoritaria no pais.

Por outro lado a ideia de que a queda da fecundidade pudesse reduzir a pobreza mostrou se falsa as mulheres estão tendo cada vez menos filhos mas as mulheres pobres continuam pobres. A fecundidade foi reduzida no Brasil a um custo altissimo pago pelas mulheres a quem foi vendido um sonho impossivel de se realizar sem que se altere a cruel concentração de renda no pais.

A população negra esta diminuindo no Brasil ou esta morrendo mais do que se esperava ou esta se reproduzindo menos comparativamente a população branca. Parte disso e sem duvida decorrente da esterilização.

Dada a extensão do fenômeno da miscigenação ele foi interpretado por autores tradicionais como Gilberto Freyre como uma prova da harmonia das relações raciais e uma comprovação da democracia racial brasileira. Traduzindo em numeros a nossa decantada democracia racial veremos que enquanto 24,6% dos brancos percebem uma renda inferior a um salario minimo 44,8% dos negros encontram-se abaixo desse limite de pobreza absoluta⁹ são analfabetos 11,6% dos

⁸ BERQUÓ Elza. A Saude Reprodutiva das Mulheres Negras e a Dinâmica Demografica da População Negra no Brasil. Conferência profunda no Seminario Nacional Politicas e Direitos Reprodutivos das Mulheres Negras organizado por GELEDÉS em Itaipicica da Serra agosto 1993 (transcrição)

⁹ CARNEIRO Sueli e SANTOS Theresa. *Mulher Negra* São Paulo Nobel 1985

brancos 27 4% dos pardos e 29 9% dos pretos¹⁰ Tais dados já são suficientes para se perceber quão escassa e a democracia racial brasileira

Todavia se na realidade dura vivida pela população negra do Brasil a nossa democracia racial demonstra não ter qualquer eficácia ela é extremamente eficaz enquanto ideologia estes números são frequentemente desqualificados até mesmo pelos setores progressistas da *intelligentia* brasileira De que forma isso é possível? Pela suposição de que é por mero acaso que ser negro é praticamente sinônimo de ser pobre ou porque quando se reconhece as diferenças sociais e econômicas não se acredita que existam políticas discriminatórias que produzem tais diferenças Tal crença é possível no contexto brasileiro conforme afirma Sueli Carneiro¹¹ porque no Brasil desenvolveu-se uma forma muito mais sofisticada perversa e competente de racismo através da qual a intolerância racial mascarou-se em igualdade de direitos no plano legal e concretizou-se na absoluta desigualdade de oportunidades no plano das relações sociais concretas

Nunca tivemos leis de *apartheid* no Brasil nenhuma lei do passado mas um trabalhador negro desempregado que não apresente uma carteira de trabalho assinada pode ser preso pela polícia nenhum bantustão mas a grande maioria dos moradores em favelas cortiços e alagados e negra após a abolição da escravidão os negros nunca foram impedidos de votar - apenas não preenchiam o pré-requisito de serem alfabetizados!

Tal distância entre o legal e o real entre nós é viabilizada pelo famoso jeitinho brasileiro que costuma encontrar um caminho um pouco mais longo e tortuoso mas que ao fim e ao cabo produz menos resistências e portanto também menos reações

Vejamos como isso se concretiza no campo dos direitos reprodutivos

Segundo o Population Council em 1990 69 2% das mulheres brasileiras usavam algum método contraceptivo Desse total 43 9% estavam esterilizadas perfazendo 30 4% das mulheres brasileiras¹² Dados da demógrafa Elza Berquo a partir da PNAD de 1986 mostravam uma tendência a uma maior prevalência da esterilização nos estados do Norte e Nordeste do Brasil onde coincidentemente é maior o peso da população negra¹³ A pesquisa demonstrava que além da esterilização a pílula era praticamente a única alternativa facilmente disponível

Estudos mais recentes demonstram que a situação se agravou no Nordeste enquanto parece ter havido uma melhora em São Paulo a região mais rica do país No Nordeste em 1991 a esterilização representava a inimaginável percentagem de 62 9% das mulheres usando algum método contraceptivo! Para se ter uma ideia do processo que está em curso no Nordeste brasileiro cinco anos antes havia 47 2% de mulheres esterilizadas A pílula que representava 32 1% caiu para 22 0%

¹⁰ BOULOS Sueli R *Hipertensão em Negros uma doença social* São Caetano do Sul Faculdade Paulista de Serviço Social 1991

¹¹ CARNEIRO Sueli *África do Sul e Aqui* mimeo 1993

¹² BERQUÓ Elza Brasil Um Caso Exemplar (Anticoncepção e Parto Cirúrgicos) a Espera de uma Ação Exemplar *Estudos Feministas* Rio de Janeiro CIEC UFRJ Vol 1 N 2 1993

¹³ BERQUÓ Elza A Esterilização Feminina no Brasil Hoje In *Quando a Paciente é Mulher* Conselho Nacional dos Direitos da Mulher 1989

Ou seja a esterilização parece ser o destino inexorável das mulheres do Nordeste brasileiro onde 19% das mulheres já estão esterilizadas antes dos 25 anos e onde por mera coincidência - se concentra a população negra

Com base nos percentuais da PNAD de 1986 que possivelmente já foram suplantados pela realidade cruel dos direitos reprodutivos no Brasil estima-se que haveria hoje no Brasil cerca de 12 milhões de mulheres esterilizadas

E o mais extraordinário desse processo é que ele se dá não apenas na ausência de leis eugênicas mas com a existência de dispositivos legais que no mínimo deixam margem a que alguns setores interpretem a esterilização como lesão corporal. Dada a ambiguidade atual das leis o Sistema Público de Saúde não remunera uma cirurgia de esterilização. Face a isso entrou em cena o *jeitinho* brasileiro - velho conhecido de todos os que sofrem o *apartheid* brasileira - grande parte das esterilizações no Brasil são realizadas durante um parto cesáreo que este sim é pago pelo Sistema Público enquanto a mulher paga a esterilização clandestinamente. Outras mulheres são esterilizadas gratuitamente em clínicas patrocinadas por instituições de controle populacional que também patrocinam o treinamento de médicos na realização da cirurgia sob os olhares complacentes das autoridades. O Sistema Público de Saúde que passa por um processo de desmantelamento decorrente das políticas internacionais de ajuste estrutural não oferece alternativas contraceptivas as mulheres que dessa forma são levadas inexoravelmente a optar pela esterilização

As militantes do movimento de mulheres negras travam um grande debate nacional com os pesquisadores parlamentares e feministas brancas a respeito das seguintes questões: 1) esta em curso um processo que tem a mulher negra e pobre como alvo? 2) as mulheres estão sendo induzidas a esterilização? 3) é necessário coibir o processo de esterilização em massa de mulheres?

Com relação a primeira questão os pesquisadores têm apresentado dados que não demonstram diferenças significativas nos percentuais de mulheres brancas e negras em diferentes regiões do país foram de 38,5% e 37,5% respectivamente no Nordeste as proporções de laqueadas no total de mulheres brancas e negras. Em São Paulo estas prevalências corresponderam a 28,0% e 27,2%.¹⁴ Diante disso as militantes negras têm contra-argumentado com os diferenciais entre as regiões que demonstrariam uma política voltada para o Nordeste ou têm questionado a metodologia de tais pesquisas. Como seria possível não haver diferenciais entre mulheres esterilizadas negras e brancas se caiu o percentual da população negra enquanto houve um aumento da taxa anual de crescimento da população branca quando se sabe que a esterilização tem sido o principal instrumento de queda da fecundidade? Apesar de se reconhecer as diferenças regionais raciocina-se que as mulheres do Nordeste são o alvo porque são pobres e não porque são negras. Esta aqui presente o mesmo tipo de raciocínio de políticos e intelectuais brasileiros quando dizem que os negros são discriminados porque são pobres e não porque são negros. Reeditando a velha noção da democracia racial fala-se agora no Brasil do *apartheid* social que reconhece a existência de

¹⁴ BERQUÓ 1993 op cit

excluídos so que não por serem negros Este tipo de raciocínio parece levar ao mesmo dilema proposto por um comercial das bolachas Tostines veiculado na TV Tostines vendem mais porque são fresquinhas ou são fresquinhas porque vendem mais?

Com relação a questão da indução a esterilização vale lembrar que a esterilização abusiva pode tanto tomar a forma de coerção aberta ou influências sutis sobre as decisões das mulheres No Brasil temos tanto o problema de empregadores que exigem atestado de laqueadura para admitir uma trabalhadora quanto médicos e outros profissionais de saúde que consideram mulheres pobres e negras incapazes de assumir o real controle sobre a sua reprodução e as induzem a esterilização Com isso não estou desconhecendo que um grande número de mulheres procura desesperadamente fazer uma laqueadura na medida em que não tem outras alternativas e extremamente precária a oferta de métodos contraceptivos na rede pública e o aborto é ilegal exceto em caso de estupro e risco de vida

Se acertarmos a conceituação de Rosalind Petchesky¹⁵ de que a esterilização abusiva ocorre sempre que o procedimento da esterilização é realizado sob condições que pressionam um indivíduo em concordar em ser esterilizado ou obscurecem os riscos consequências e alternativas associadas a esterilização chegaremos a conclusão de que nas condições sociais existentes no Brasil hoje de miséria crescente da população desmantelamento do Sistema Público de Saúde e nas condições concretas de realização da esterilização através de cesareas desnecessárias e num quadro de desconhecimento ou falta de acesso a outros métodos e ao aborto seguro e legal a imensa maioria das prováveis 12 milhões de mulheres esterilizadas o foram sob condições abusivas

Com relação a terceira questão há diferenças de opinião no movimento de mulheres negras como de resto nos grupos feministas com relação a diferentes cursos de ação e propostas A discussão dentro e fora desses movimentos resultou em diversos projetos de lei uma Comissão Parlamentar de Inquérito no Congresso Nacional e em diversos estados foruns contra a esterilização em massa novos projetos de pesquisa e inumeros debates entrevistas e materias na mídia

Há todavia uma questão que unifica todo o movimento de mulheres negras e o movimento feminista a necessidade de real implantação do PAISM Programa de Assistência Integral a Saúde da Mulher política pública exemplar elaborada pelo Ministério da Saúde com a participação do movimento de mulheres Tal programa baseia se numa concepção ampla da saúde da mulher preven do atendimento a todos os problemas de saúde reprodutiva tais como pre-natal atendimento ao parto contracepção prevenção e tratamento de DSTs preven ção e tratamento do câncer ginecológico A recente experiência de uma administração progressista na cidade de São Paulo demonstrou que havendo vontade política dos governantes é possível mudar em curto espaço de tempo a situação lamentável dos direitos reprodutivos no Brasil

Como disse Rosalind Petchesky as mulheres fazem sua própria escolha reprodutiva mas não as fazem como querem não as fazem sob condições que elas próprias criaram mas sob condições sociais e restrições que elas como meros

¹⁵ PETCHESKY Rosalind *Liberdade Reprodutiva além do direito da mulher escolher* S ed s d

indivíduos são impotentes para mudar — temos que focalizar menos na questão da escolha e mais na questão de como transformar as condições sociais da escolha do trabalho e da reprodução. O que significa o direito a escolher quando não se tem poder para determinar as condições sociais em que a escolha é feita?

Nos Estados Unidos a luta contra o abuso da esterilização tem sido levada principalmente pelas mulheres porto rriquenhas, negras, chicanas e indígenas. Não por acaso, no Brasil também têm sido as mulheres negras que têm se manifestado de forma mais contundente contra os impressionantes números de mulheres esterilizadas. Mas lá as nossas irmãs têm a vantagem de lutar contra um inimigo explícito e que por isso mesmo é mais fácil de enfrentar. Enquanto lá mais facilmente ganham-se, barganham-se, perdem-se, concedem-se, conquistam-se direitos, aqui enfrentamos dificuldades adicionais pois a indefinição e o regime — vivemos entre a delícia e a desgraça — entre o monstruoso e o sublime.